



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

INSTRUÇÕES

1. Escreva seu nome completo, de forma legível, no local indicado;
2. No cartão de respostas, escreva a alternativa considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo;
3. Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta ou rasura;
4. A prova terá duração de 4 horas;
5. O caderno de questões e o cartão de resposta deverão ser preenchidos com caneta esferográfica azul ou preta e devolvidos ao fiscal ao término da prova;
6. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (telefone celular, gravador etc.), livros, anotações, dentre outros materiais, sob pena de recolhimento da prova.

Exemplo de resposta:

QUESTÕES	RESPOSTA			
1	A	☒	C	D
2	A	B	C	☒
3	☒	B	C	D



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

CARTÃO DE RESPOSTAS

NOME COMPLETO: _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____

TELEFONE: _____ E-MAIL: _____

ASSINATURA: _____

QUESTÕES	RESPOSTAS				
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

PROVA DISCURSIVA

Atenção:

- Integra o presente caderno o espaço para rascunho, cuja utilização é opcional, no entanto, será corrigido apenas o que constar das folhas de resposta da prova objetiva e da questão discursiva, devendo ser transcrito no local adequado o texto definitivo da prova discursiva.
- A resposta da questão discursiva é limitada à 30 linhas. O que ultrapassar essa previsão será desconsiderado.
- Qualquer marca, sinal, assinatura que possa ser utilizada como identificador do candidato implicará na anulação da prova.
- Ao final, todo o material deverá ser devolvido.

Disserte sobre o Ministério Público Militar abordando os seguintes aspectos:

- 1- a natureza jurídica;
- 2- princípios institucionais;
- 3- a titularidade da ação penal;
- 4- ser parte no processo acusatório;
- 5- imparcialidade;
- 6- proteção do acusado;
- 7- busca da verdade real;
- 8- atuação extrajudicial;
- 9- resolutividade.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA

Número de inscrição: _____

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

RASCUNHO



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

PROVA OBJETIVA

1) Parcela da doutrina trata o princípio da _____ sob dois prismas, a saber: 1) como determinante da finalidade de toda a atuação administrativa; e 2) como vedação a que o agente público se promova às custas das realizações da Administração Pública. Qual o princípio abaixo completa corretamente a lacuna anterior?

- a) Legalidade;
- b) Impessoalidade;
- c) Moralidade;
- d) Publicidade;
- e) Eficiência.

2) Sobre os atributos dos atos administrativos é CORRETO afirmar:

I – A imperatividade e a autoexecutoriedade são observáveis somente em determinadas espécies de atos administrativos;

II – A presunção de legitimidade é absoluta, não admite prova em sentido contrário;

III – A autoexecutoriedade não impede a apreciação judicial do ato; apenas dispensa a Administração de obter ordem judicial prévia para poder praticá-lo.

- a) todas as alternativas;
- b) I e II;
- c) II e III;
- d) I e III;
- e) apenas I.

3) São modalidades de licitação previstas na Lei nº 14.133/2021:

- a) Concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão;
- b) Concorrência, tomada de preços, leilão, pregão e concurso;
- c) Concorrência, convite, concurso, pregão e consulta;
- d) Consulta, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo;
- e) Concorrência, concurso, leilão, pregão e diálogo competitivo.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

4) De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar sobre a Responsabilidade Civil do Estado:

I – A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do artigo 37, §6º, da Constituição Federal;

II – Nos termos do artigo 37, §6º, da Constituição Federal, não se caracteriza a responsabilidade civil objetiva do Estado por danos decorrentes de crime praticado por pessoa foragida do sistema prisional, quando não demonstrado o nexo causal direto entre o momento da fuga e a conduta praticada;

III – É objetiva a responsabilidade civil do Estado em relação a profissional da imprensa ferido por agentes policiais durante cobertura jornalística, em manifestações em que haja tumulto ou conflitos entre policiais e manifestantes.

a) todas as alternativas;

b) I e II;

c) II e III;

d) I e III;

e) apenas II.

5) Assinale a alternativa CORRETA:

a) ao militar é proibida a greve, mas permitida a sindicalização;

b) o militar em serviço ativo pode estar filiado a partido político;

c) as mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir;

d) as Forças Armadas estão dispensadas de atribuir serviço alternativo aos que alegarem imperativo de consciência;

e) os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares não são militares nos termos da Constituição Federal.

6) João Gustavo, Tenente-Brigadeiro e Comandante da Aeronáutica, no exercício da função e em razão dela, durante o expediente de serviço, em lugar sujeito à Administração Militar, ofende a integridade corporal de Paulo Henrique, Capitão da Aeronáutica, com um chute que quebra a perna deste. Em decorrência da agressão, João Gustavo responderá pelo crime de lesão corporal perante o:

a) Juizado Especial Criminal Federal;

b) Conselho Especial de Justiça para a Aeronáutica;



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

- c) Superior Tribunal Militar;
- d) Supremo Tribunal Federal;
- e) Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica.

7) Ricardo Luís, cabo da Marinha servindo no 6º Distrito Naval, no cumprimento de missão para a Garantia da Lei e da Ordem, atira contra o civil Pedro Henrique em uma praça municipal de Ladário/MS, ocasionando a sua morte. Diante do fato é CORRETO afirmar que Ricardo Luís:

- a) deverá ser citado da instauração do inquérito policial militar, podendo constituir defensor no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, de acordo com o Código de Processo Penal Militar;
- b) será processado e julgado, se for o caso, perante o Tribunal do Júri da Comarca de Ladário/MS;
- c) se condenado, terá iniciado o cumprimento da pena antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, que julgou inconstitucional o artigo 283 do Código de Processo Penal;
- d) se condenado a pena maior de 15 (quinze) anos poderá ser preso imediatamente e interpor Protesto por novo Júri;
- e) se denunciado, será interrogado no início do processo, como primeiro ato da instrução criminal, nos termos do que decidido reiteradamente pelo Supremo Tribunal Federal e de acordo com a súmula 15 do Superior Tribunal Militar, que menciona ser inaplicável na Justiça Militar da União o artigo 400 do Código de Processo Penal.

8) São órgãos da Justiça Militar da União, dentre outros:

- a) o Superior Tribunal Militar, a Auditoria de Correição e os Conselhos de Justiça;
- b) os Conselhos de Justiça, os Juízes-Auditores e a Corregedoria da Justiça Militar;
- c) os Conselhos de Justiça, os juízes federais substitutos da Justiça Militar e a Corregedoria da Justiça Militar;
- d) o Juiz-Corregedor Auxiliar, os Conselho de Justiça e a Auditoria de Correição;
- e) o Superior Tribunal Militar, os Conselhos de Justiça e os Juízes-Auditores Substitutos.

9) Sobre a colaboração premiada, prevista na Lei nº 12.850/2013, é CORRETO afirmar:

- a) a proposta de acordo de colaboração premiada não pode ser sumariamente indeferida pela autoridade celebrante;
- b) as partes não podem se retratar da proposta de acordo de colaboração premiada antes da homologação judicial;
- c) são nulas de pleno direito as previsões de renúncia ao direito de impugnar a decisão homologatória;



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

d) na hipótese de não ser celebrado o acordo por iniciativa do celebrante, ainda assim este poderá se valer das provas apresentadas pelo colaborador para qualquer finalidade;

e) se a colaboração for posterior à sentença, a pena não poderá ser reduzida.

10) De acordo com julgamento recente do Supremo Tribunal Federal, considere as assertivas abaixo e julgue as que estão CORRETAS:

I – O STF considerou facultativa a implementação do juiz das garantias;

II – Conforme decisão do STF, o juiz das garantias não atuará nos casos de competência do Tribunal do Júri e de violência doméstica;

III – Para o STF, no que se refere ao juiz das garantias, as regras introduzidas pelo Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) são uma opção legítima do Congresso Nacional visando assegurar a imparcialidade no sistema de persecução penal.

a) todas as alternativas;

b) I e III;

c) II e III;

d) apenas I;

e) apenas III;

11) Conforme o disposto na Lei nº 14.688/2023, que introduziu recentes mudanças no Código Penal Militar, é CORRETO afirmar que;

I – Esta lei torna crimes hediondos os crimes previstos no Código Penal Militar que apresentem identidade com os crimes previstos no Código Penal comum (que são hediondos);

II – Esta lei tipifica o crime de importunação sexual no âmbito do Código Penal Militar;

III – Esta lei revoga o crime de atentado violento ao pudor e modifica o crime de estupro para uma redação idêntica ao do Código Penal comum.

a) todas as alternativas;

b) apenas III;

c) II e III;

d) I e II;

e) I e III.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

12) A Lei nº 14.688/2023, que se encontra no período de *vacatio legis*, revogou quais penas do Código Penal Militar?

- a) suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função e a pena de reforma;
- b) pena de morte e reforma;
- c) pena de detenção e suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função;
- d) detenção e pena de morte;
- e) nenhuma das alternativas anteriores.

13) A Lei nº 8.072/90 define os chamados crimes hediondos. Sobre o assunto, é CORRETO afirmar:

I – De acordo com o Supremo Tribunal Federal, é constitucional a fixação *ex lege*, com base no artigo 2º, §1º, da Lei nº 8.072/1990, do regime inicial fechado para o cumprimento da pena;

II – os crimes hediondos são suscetíveis de anistia, graça e indulto;

III – a prisão temporária terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

- a) todas as alternativas;
- b) apenas I;
- c) apenas II;
- d) apenas III;
- e) I e III.

14) Claudinei Silva, prefeito municipal no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de furtar fuzil do paiol de unidade militar do Exército Brasileiro situada naquele Estado, durante a noite, tenta ingressar no quartel mas é surpreendido pela sentinela e preso em flagrante. Diante dessa situação, Claudinei responderá pela tentativa de furto perante o(a):

- a) Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso;
- b) 9ª Circunscrição da Justiça Militar;
- c) Juízo de primeira instância da Justiça Federal do Estado de Mato Grosso competente para o caso;
- d) Superior Tribunal Militar;
- e) Juízo de primeira instância da Justiça Estadual do Estado de Mato Grosso competente para o caso.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

15) De acordo com o entendimento do Superior Tribunal Militar, é CORRETO afirmar que:

I – Hotel de trânsito não é considerado área sob a Administração Militar;

II – Embora não conste a previsão de pena de multa na parte geral do Código Penal Militar, admite-se a aplicação de tal pena na hipótese de previsão em norma penal ordinária por extensão;

III – A perda da condição de militar de acusado por crime de deserção viabiliza a concessão do benefício da suspensão condicional da pena, apesar da vedação ínsita no artigo 88, inciso II, alínea “a”, do Código Penal Militar.

a) todas as alternativas;

b) I e II;

c) II e III;

d) I e III;

e) apenas III.

16) Na hipótese do Estado do Mato Grosso do Sul editar lei que proíba a destruição e inutilização de bens particulares apreendidos em operações ambientais, assinale a alternativa CORRETA:

a) Ao analisar lei com o mesmo objetivo, como a Lei nº 1.701/2022, do Estado de Roraima, que proíbe os órgãos ambientais de fiscalização e a Polícia Militar de destruir e inutilizar bens particulares apreendidos nas operações e fiscalizações ambientais, o STF a considerou constitucional.

b) Militares do Exército, em atuação na faixa de fronteira, para coibir ilícitos, ao identificarem o cometimento de delitos ambientais em sua área de atuação, deverão se abster de destruir e inutilizar bens particulares apreendidos nas operações e fiscalizações apesar do poder de polícia, por terem conhecimento de projeto de lei nesse sentido, para que não sejam responsabilizados por suas ações.

c) Na hipótese de promulgação dessa lei o instrumento jurídico adequado é a propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o STF, que pode ser proposta pelo Comandante do Exército.

d) A lei, caso promulgada, será inconstitucional, vez que de acordo com os princípios e regras insculpidos na Constituição Federal de 1988, violará a competência privativa da União para legislar sobre direito penal, processo penal e edição de normas gerais de proteção ao meio ambiente, conforme decisão do STF.

e) Todas as alternativas estão erradas.

17) Analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

I) A questão indígena e de proteção dos indígenas diz respeito apenas ao Ministério Público Federal e não ao Ministério Público Militar.

II) A defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais não pode ser realizada de forma concreta, vez que todo cidadão brasileiro é igual perante a lei, sem distinção de qualquer natureza e essa designação é uma abstração.

III) O sistema de proteção constitucional dos povos e comunidades tradicionais é previsto apenas em Convenção Internacional, cuja aplicação é a única forma de garantir alguma proteção a eles.

IV) A Constituição Federal prevê um sistema de proteção dos povos e comunidades tradicionais, o que inclui o usufruto exclusivo das riquezas do solo, no entanto, como também prevê que o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros e que esses dispositivos se aplicam às terras indígenas, há um esvaziamento da proteção.

V) O CNMP orienta os membros do Ministério Público no sentido de promoverem o respeito aos direitos fundamentais dos povos indígenas e quilombolas, identificando exhaustivamente quais grupos podem assim ser definidos.

VI) A questão de proteção dos povos e comunidades tradicionais é tão importante que o CNMP elaborou Resolução específica sobre o tema, que dispõe acerca da atuação do Ministério Público brasileiro junto a eles, de forma a retirar a autonomia funcional dos membros na matéria, os quais deverão seguir as orientações sob pena de punição, inclusive, devendo empreender uma atuação impositiva junto às comunidades que vier a defender.

Estão CORRETAS:

- a) I e II
- b) III e IV
- c) I e V
- d) V e VI
- e) nenhuma das possibilidades indicadas

18) Quanto ao Serviço Militar Obrigatório:

I) trata-se de obrigação infraconstitucional, decidindo os Comandantes das FFAAs, baseados nos critérios que norteiam a Administração Pública, pela pertinência e oportunidade a cada ano, quanto a prestação do Serviço Militar Obrigatório.

II) a obrigação de prestação de serviço militar fere os Direitos do Homem e do Cidadão.

III) segundo dados divulgados pelo Ministério da Defesa, ao longo de vários anos, foram cerca de um milhão e meio de jovens alistados, dos quais foram distribuídos por volta de duzentos, cem ou mesmo sessenta mil jovens, registrando nos Certificados desses alistados não incorporados, que eles foram dispensados por excesso



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

de contingente. Assim, pode-se afirmar que o serviço militar inicial é obrigatório, apesar dos dados divulgados pelo MD.

IV) o serviço militar obrigatório é importante para a formação de reservistas que atuarão na defesa nacional, em caso de mobilização, e também como contribuição das FFAAs para a sociedade brasileira, propiciando a jovens uma formação profissional, transmitindo valores éticos e de identidade nacional, vez que as FFAAs se fazem presente em todo o território nacional.

V) todos os brasileiros pertencentes à mesma classe, ou seja, nascidos em um mesmo ano chamados a realizar o alistamento militar são obrigados prestar o serviço militar, inclusive os indígenas.

Quais as afirmações estão CORRETAS?

- a) I e II
- b) III e IV
- c) IV e V
- d) II e III
- e) I e III

19) A Lei de Organização da Justiça Militar da União teve alterações com a edição da Lei 13.774/2019, dentre elas :

- I) ampliação da competência do Juiz Federal da Justiça Militar que passou a presidir o Conselho de Justiça
- II) ampliação da competência do Juiz Federal da Justiça Militar que passou a julgar monocraticamente os civis, nas hipóteses ali previstas.
- III) ampliação da atribuição do Juiz Federal da Justiça Militar que passou a redigir as sentenças mesmo que discorde dos fundamentos
- IV) ampliação da competência do Juiz Federal da Justiça Militar que passou a julgar os **habeas corpus, habeas data** e mandados de segurança contra ato de autoridade militar praticado em razão da ocorrência de crime militar, exceto o praticado por oficial-general;
- V) a previsão de realização de audiência de custódia pelo Juiz Federal da Justiça Militar

Estão INCORRETAS as alternativas:

- a) I e II
- b) III e V
- c) II e IV
- d) I e III
- e) II e V



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

20) Com relação aos Órgãos da Justiça Militar, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) nem sempre a cada Circunscrição Judiciária Militar corresponde uma única Auditoria.
- b) a 9ª CJM abrange os Estados do Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.
- c) a 7ª CJM abrange os Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.
- d) todas as Auditorias da Justiça Militar e todas as Procuradorias de Justiça Militar estão alocadas e tem sedes nas mesmas cidades.
- e) a 12ª CJM abrange os Estados do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia sendo que o MPM tem sedes em Manaus, Boa Vista, Porto Velho.

21) Quanto ao delito de deserção pode-se dizer que se no curso de processo, o acusado pelo cometimento do delito de deserção vier a ser licenciado do serviço ativo da Força:

- a) o processo será extinto sem julgamento do mérito.
- b) o STM atualmente considera ausente condição de prosseguibilidade pela perda da condição de militar.
- c) Há precedentes no STM que rejeitam a preliminar de ausência da condição de prosseguibilidade, entendendo que cumpridas as condições de procedibilidade, essas vigoram até o final da ação.
- d) como o Código Penal Militar prevê que sempre seja fixado o regime fechado de cumprimento da pena privativa de liberdade, na hipótese de condenação, o civil será recolhido a estabelecimento prisional do Estado do Mato Grosso ou do Mato Grosso do Sul, conforme o caso.
- e) o Código Penal Militar prevê a aplicação de pena alternativa.

22) Ainda quanto ao delito de deserção, podemos afirmar que:

- a) transcorrido o prazo prescricional previsto no artigo 125 do CPM para o delito de deserção, o Juiz Federal da JMU imediatamente extingue a punibilidade.
- b) o Termo de Deserção tem presunção de veracidade conforme previsão no CPPM.
- c) o crime de deserção é imprescritível.
- d) o delito de deserção é crime permanente.
- e) o Termo de Deserção é um documento administrativo interno da Força, sem repercussão processual.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

23) Assinale a alternativa INCORRETA com relação à atuação do MPM em acordo de não persecução penal:

- a) Os membros do Ministério Público Militar deverão zelar pela efetiva promoção dos direitos das vítimas, informando-as, notadamente sobre a reparação do dano causado pela infração, salvo impossibilidade.
- b) Buscando efetivar a reparação dos danos civis causados às vítimas hipossuficientes, o Ministério Público Militar, quando necessário, deve encaminhá-las aos órgãos de assistência judiciária gratuita, mediante comunicação formal.
- c) Quando presente dano material suportado por vítima certa e determinada, a sua reparação deve constar do acordo celebrado entre o Ministério Público e o investigado, salvo quando demonstrada a impossibilidade de fazê-lo, incumbindo ao investigado a prova cabal de sua vulnerabilidade financeira, não bastando a mera alegação.
- d) Não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público Militar poderá propor ao investigado acordo de não persecução penal quando cominada pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, mesmo que o crime tenha sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, inclusive violência doméstica; o investigado tiver confessado formal e circunstanciadamente a sua prática, mediante condições ajustadas cumulativa ou alternativamente, conforme o caso.
- e) Nos casos em que houver fixação de reparação do dano causado à vítima ou a seus sucessores, deve constar do acordo, detalhadamente, a forma, o prazo e o meio dessa reparação, além de identificação expressa do beneficiário, não se admitindo o emprego genérico da expressão "vítima", evitando-se cláusulas ilíquidas, indefinidas ou incertas.

24) Assinale a alternativa correta em relação à atuação extrajudicial do MPM:

- a) é uma atividade de somenos importância consideradas as atuações constitucionais do MP.
- b) também consiste em visitas a unidade prisional das Forças Armadas para verificar as condições em que os presos se encontram.
- c) a atribuição para atuar em crimes praticados por policiais militares e integrantes do Corpo de Bombeiros Militares é do Ministério Público Estadual ou do Distrito Federal e Territórios, podendo o MPM atuar quando entender que a conduta cometida representa um risco social para todos os envolvidos.
- d) não há regramento quanto à atuação extrajudicial, podendo o promotor levar o tempo que entender necessário na investigação.
- e) aquele que tiver interesse em representar junto ao MPM deverá constituir advogado.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

25) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) crimes cometidos em quartéis, pela própria natureza, impõe a decretação de prisão preventiva para a manutenção da hierarquia e da ordem.
- b) Não se aplicam os dispositivos do Código de Processo Penal acerca da prisão preventiva na Justiça Militar da União, vez que editada e em vigor legislação específica, qual seja, o Código de Processo Penal Militar.
- c) Os Juízes-Auditores tinham mais poderes do que os Juízes Federais da Justiça Militar da União, podendo rever as condições da prisão a qualquer momento.
- d) o Termo de Deserção não autoriza a prisão do desertor, sendo necessária a decretação da prisão preventiva.
- e) as afirmações anteriores estão incorretas.

26) O Ten. André apresentou 2 certificados de Pós-graduação em processo seletivo para o Quadro de Oficiais da Reserva do Exército, os quais verificou-se posteriormente, eram falsos. Após a devida investigação o militar deve ser incurso nas penas do crime de:

- a) estelionato continuado.
- b) falsidade documental, mesmo que não tenha realizado perícia nos documentos.
- c) uso de documento falso duas vezes.
- d) fundamental identificar o prejuízo ou dano causado pela conduta.
- e) todas estão incorretas.

27) Hipótese de assédio sexual cometido por militar da ativa, superior hierárquico, que se encontrava em embriaguez voluntária, dentro de hotel de trânsito, tendo como vítima militar da ativa. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) por falta de previsão do tipo de assédio no CPM, remete-se o inquérito para a Justiça do Estado.
- b) o sujeito responderá pelo cometimento do crime de assédio sexual conforme o art.206-A, do Código Penal.
- c) a embriaguez, no caso, descaracterizou cometimento de delito, vez que o sujeito perdeu a noção do que estava fazendo.
- d) a palavra da vítima não é suficiente, considerando que não há testemunhas.
- e) não se tratando de área militar o crime não é militar.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM CAMPO GRANDE/MS
1º PROCESSO SELETIVO DE RESIDENTE JURÍDICO
DIREITO

28) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o direito ao silêncio é uma garantia que depende que o investigado saiba desse direito, no entanto, como é irrenunciável, não há consequência jurídica se não for comunicado a ele.
- b) o preso será informado de seus direitos, dentre os quais de permanecer calado, o que pode ser realizado informalmente antes de seu interrogatório.
- c) a presença do Ministério Público no interrogatório em IPM desobriga ao registro de que o indiciado tem o direito de permanecer em silêncio, vez que presume-se a legalidade do ato.
- d) a autoincriminação pelo desconhecimento da garantia constitucional de que o silêncio não possa ser usado em seu prejuízo, torna ilícito o interrogatório de indiciado.
- e) todas as alternativas estão incorretas.

29) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) o Ministério Público, no exercício de função criminal, é sempre parcial, vez que defensor da sociedade.
- b) o Ministério Público só atua como *custos legis* quando lotado em Varas Cíveis, portanto o Ministério Público Militar não é *custos legis*.
- c) o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- d) a titularidade da ação penal é função essencial do Ministério Público, vez que a exerce desde sempre e em qualquer país.
- e) o Ministério Público em atuação extrajudicial ao instaurar um PIC não pode decidir o mesmo, vez que estaria centrando num único agente a propositura e o julgamento do feito.

30) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) a atuação em tutela jurídica preventiva não é pertinente ao Ministério Público, vez que para atuar é necessário a existência do dano, típico da tutela jurídica repressiva.
- b) não é possível realizar uma tutela jurídica preventiva da sociedade.
- c) atacar as causas da criminalidade não é função do Ministério Público.
- d) um Promotor de Justiça Criminal, que integra um Ministério Público resolutivo, não pode ter contato com os moradores e habitantes de sua área de atuação, para não se envolver pessoalmente com questões que venham a prejudicar a sua imparcialidade.
- e) no combate repressivo a atos de improbidade, o Ministério Público deve ir em busca da recuperação dos ativos criminosamente desviados, além de identificar as causas e mecanismos da atuação delituosa, a fim de evitar outros danos ao Erário.

GABARITO	
Direito	
1	B
2	D
3	E
4	A
5	C
6	D
7	A
8	C
9	C
10	C
11	E
12	A
13	D
14	D
15	C
16	D
17	E
18	B
19	B
20	D
21	C
22	B
23	D
24	B
25	E
26	C
27	B
28	D
29	C
30	E